

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasília Class.: 201

Data: 25.09.83 Pg.: _____

190

Os índios têm sérias divergências com os outros grupos Pataxó que ocupam a área para onde eles serão removidos

Remoção dos Pataxós pode causar massacre na Bahia

Remoção é uma violência, diz antropóloga

A retirada dos índios Pataxó das fazendas Providência e Bom Jardim, no município de Camacan, na Bahia, para a reserva da fazenda São Lucas, que deverá ser concretizada de hoje para amanhã, conforme determinação do juiz da 2ª Vara Federal, Lázaro Guimarães, foi considerada ontem pela antropóloga Maria do Rosário Carvalho, da Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai-BA), como "uma violência inominável".

No momento, não há clima para convivência com os outros grupos Pataxó que se encontram na reserva, em função de problemas internos seríssimos, desencadeados há vários meses com o assassinato do cacique Edísio Munis. Entrevistada por telefone, a antropóloga revelou que os índios a serem removidos (cerca de 100, entre eles 45 crianças) estão vivendo uma situação crítica de refugiados, desde que ocuparam as fazendas há 13 dias.

O grupo tem se alimentado basicamente de raízes de mandioca, durante todo esse período, pois a Fundação Nacional do Índio (Funai) não lhes forneceu qualquer tipo de alimento, conforme informação transmitida à antropóloga por um dos índios. A Anai-BA, juntamente com a Comissão Pró-Índio e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), estão mobilizando deputados federais e estaduais da Bahia para visitar urgentemente a área, observar a situação e levar alimentos.

Maria do Rosário entende que o juiz Lázaro Guimarães é "íntegro e competente, conforme tem demonstrado até agora, e que sua decisão de remover os índios tem caráter jurídico-legal correto". Ela, no entanto, argumenta que, do ponto de vista social e humanitário, a remoção é extremamente prejudicial aos índios.

Como vocês vêem a situação dos índios Pataxó?

Paulo Machado Guimarães — Os Pataxó têm adotado formas de luta, como o mandado de segurança impetrado para garantir a posse da terra. Foram inéditos nessa medida judicial em relação ou contra o seu órgão tutor, porque até então a luta era pela terra e ainda continua a ser. E o órgão tutor, que muitas vezes se coloca como um baluarte dos interesses contrários a seus assistidos, se viu numa posição conflitante com os interesses dos indígenas. Quer dizer, a Funai transferiu os índios para um lado e os colocou numa situação pior àquela em que estavam anteriormente. Então, os Pataxó entraram com uma medida judicial, exigindo a impugnação em decorrência de um ato ilegal e arbitrário do presidente da Funai praticou.

Os Pataxó, por outro lado, não abrem mão da pressão política. São medidas coordenadas que levam à concepção e à organização de um direito único, que é o direito à terra e à autodeterminação e à garantia, em consequência disso tudo, da estruturação de sua cultura. Os Pataxós, inclusive, vivem uma situação dramática, porque constituem uma comunidade dispersa em decorrência de arbítrios e esbulhos possessórios, praticados pelos fazendeiros do Sul da Bahia. Os cacaiquitos detêm um poder fortíssimo dentro do Estado, e os índios, a partir desse momento, têm colocado à prova esse poder. Por isso, o Cimi tem articulado uma campanha para dar respaldo a eles, que legitimamente procuram se reestruturar enquanto comunidade indígena. É uma situação dramática que acontece no Brasil, tudo em decorrência do poder econômico que ambiciona as terras dos índios.

Antônio Carlos Moura — A questão da terra é fundamental. Quando se diz que o Cimi ou as entidades indigenistas e de antropólogos estão contra a Funai, não é porque não gostamos dos olhos do atual, do anterior ou do futuro presidente do órgão. Mas sim porque a Funai representa uma política indigenista oficial que apenas tolera a existência do índio. Não acaba com os índios clara e abertamente ou ordena seu extermínio porque não pode, já que isso iria repercutir muito mal. Na prática, no entanto, está conduzindo uma verdadeira política de extermínio.

Para que isso não fique apenas como uma frase de efeito, basta a gente ver, por exemplo, a prioridade hoje do atual presidente da Funai. Ele coloca sempre em todas as entrevistas e declarações, e em todos os encontros com as lideranças indígenas, que a prioridade da política in-



A situação dos índios Pataxó foi discutida em mesa-redonda com membros do Conselho Indigenista Missionário, que repudiaram a violência contra o índio

digenista é saúde e educação. Eu acho que saúde é fundamental, mas é apenas uma consequência. O conceito de saúde é um conceito geral. Mas como defender a saúde se você não dá garantia da posse da terra. O que é educação? Educação não é uma proposta assimilacionista. Isso é atentar contra a sobrevivência cultural e também contra a vivência física, social e individual dos índios. Então, que prioridades são essas? Quando o Cimi, antropólogos e indigenistas conscientes criticam a política indigenista oficial é porque essa política está determinada a não garantir as terras dos índios. Pelo contrário, visa a garantir as terras do projeto capitalista do Governo, a ocupação de terras dos índios e a organização de grandes projetos econômicos em áreas indígenas.

José Geraldo de Souza — Meu envolvimento com a Funai, contrária aos interesses dos índios, não é de qualquer entidade, mas de uma entidade que se compromete com a causa dos direitos humanos. Não estou a favor de resguardar seus direitos ou contra a Funai ou o Cimi, mas reconhecendo nos índios Pataxó uma manifestação de sua expressão de autodeterminação, enquanto sujeitos de direito. Os Pataxós são uma nação que colocou com clareza sua reivindicação no sentido de seus direitos, a despeito de tutelas e de uma assistência, procurando manter sua unidade. Eles não podem plantar, nem fazer nada, mas contra eles. Por isso, foram buscados instrumentos jurídicos para garantir a seus índios o reconhecimento de seus direitos à terra e à defesa de seus interesses como nação. E sobretudo à sua possibilidade de resistir aquilo que parecia ser certo: a favela de Salvador.

Benedito Prezia — Se os índios Pataxós forem retirados à força, pode ocorrer um massacre. Há na área da reserva São Lucas cerca de 800 índios que estavam dispersos e se reuniram num clima de alta tensão, procurando manter sua unidade. Eles não podem plantar, nem fazer nada. A falta de perspectiva, agravada pelos problemas internos, além da chegada do grupo Pataxó dissidente, pode complicar ainda mais a situação. O pior é que o índio Pataxó, sem terra e aculturado, tem um destino certo: a favela de Salvador.

O Jornal de Brasília reuniu esta semana o secretário-adjunto do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Benedito Prezia, o editor do jornal Porantim, Antônio Carlos Moura, o assessor jurídico da entidade, Paulo Machado Guimarães, e o membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB-DF, José Geraldo de Souza Júnior, para discutir a questão dos índios Pataxó e a política indigenista oficial. A reportagem é de José Humberto Fagundes.

Comissão da ABA-DF prevê novos conflitos

A Comissão de Movimentos Sociais da Associação Brasileira de Antropologia (ABA — seção DF) manifestou em telegramas enviados esta semana ao presidente João Figueiredo, ministro Mário Andreazza, governador João Durval, da Bahia, e ao presidente da Funai, Otávio Ferreira Lima, seu total repúdio ao cerco que há 13 dias a Polícia Militar baiana impôs ao grupo Pataxó, que ocupou as fazendas Providência e Bom Jardim.

A notícia da remoção dos índios neste final de semana para a reserva da fazenda São Lucas foi também considerada pela Comissão da ABA — DF como mais um ato de violência contra os índios. "A remoção não vai resolver o problema e, pelo contrário, pode exacerbar ainda mais uma situação já grave", protestou ontem a antropóloga Alcida Ramos, da Comissão da ABA — DF. Ela também teme pelo que pode ocorrer a esse grupo de índios na reserva São Lucas, pois existem sérias divergências entre eles e os outros Pataxó que se encontram no local. "Sabe Deus o que vai acontecer quando voltarem para lá?"

— Além disso, pelo que se sabe, os índios serão removidos à revelia e à força, pois não querem sair das fazendas Providência e Bom Jardim — completou Alcida Ramos.

Se há uma tribo de índios que tem direitos históricos largamente comprovados à posse de terra, afirma por sua vez a antropóloga Priscila Faulhaber Barbosa, também da Comissão da ABA — DF, essa tribo é a dos Pataxó. "Quem está ilegal na área são os fazendeiros e não os índios", lamenta ela.



Alcida: remoção é uma violência deiros e não os índios", lamenta ela.

Situação criminosa

A terra é tão importante para os índios que eles estão dispostos até a morrer por ela, frisa Alcida Ramos, ao lembrar que a Funai mantém-se omissa no exercício do seu dever de tutela, sem defender os direitos comprovados dos indígenas. "A Funai acrescenta uma injúria a uma situação que em si já é criminosa. Sua omissão chega a limiar do conluio e da convivência com os fazendeiros. Há leis para proteger os indígenas, mas o órgão tutor deixa prevalecer uma posição arbitrária". A antropóloga ressalta a resistência dos Pataxó, que não abdicam de sua identidade para serem peões dos fazendeiros. Segundo ela, essa resistência pode ser definida pela frase "somos índios, queremos ser e vamos lutar para isso".